



Operação Swiffer Empresário de Espinho entregou 20 mil euros para se livrar de dívidas de centenas de milhares de euros

Chefe-adjunto do Fisco ia ganhar Mercedes por corrupção

Nuno Miguel Maia
jnunomm@jn.pt

► O chefe-adjunto do serviço de Finanças de Vila Nova de Gaia 1 preso pela Polícia Judiciária (PJ) do Porto, por suspeitas de corrupção, estava a preparar-se para receber de "prenda" um carro de luxo em contrapartida por favores ilícitos a um empresário de Espinho. Trata-se de um Mercedes cuja aquisição estava em curso, mas acabou travada pela intervenção da PJ, ao deter o funcionário das Finanças, uma contabilista e o referido empresário.

De acordo com informações recolhidas pelo JN, a aquisição do veículo estava já em fase adiantada. Quem iria pagar era o principal corruptor, que também já tinha adiantado cerca de 20 mil euros em dinheiro, a título de luvas, pela intervenção do chefe-adjunto de Finanças numa questão relacionada com uma dívida tributária. Esta ascende a centenas de milhares de euros e deveria ser "limpa" do sistema informático da Autoridade Tributária, graças às credenciais do suspeito.

Há já vários anos que o empresário de Espinho, da área têxtil, estava conotado com a prática de ilícitos. Tinha sido referenciado, pela PJ do Porto, no processo de fraude fiscal relacionado com o grupo empresarial "Feira dos Tecidos", cujo dono, Serafim Martins, acabou sentenciado a cinco anos de prisão efetiva – a condenação ainda está sob recurso na Relação do Porto.

A decorrer desde há pouco mais de três meses, a investiga-



PJ encontrou 200 euros em notas na busca que fez ao local de trabalho do arguido nas Finanças de Vila Nova de Gaia 1

ção da PJ já tinha detetado o circuito de corrupção, que tinha como figuras centrais o chefe-adjunto do serviço de Finanças de Gaia 1 e uma contabilista do Porto. Esta mulher era angariadora de clientela interessada em resolver problemas fiscais e disposta a pagar luvas que oscilavam entre o valor mínimo de 150 euros (por uma informação sobre o cadastro sigiloso de contribuintes) e o máximo de 20 mil euros – quantia paga pelo empresário de Espinho, segundo apurado pela investigação da PJ.

Aos 20 mil, iria somar-se o veículo da marca Mercedes, cujo custo também iria ser suportado pelo mesmo suspeito de corrupção. Todavia, se o negócio não tivesse sido travado pela operação Swiffer, da PJ, o carro iria ficar registado na titularidade do funcio-

PJ acredita que a rede estaria montada há vários anos

nário da Autoridade Tributária.

Nas buscas da PJ ao serviço de Finanças de Vila Nova de Gaia 1, em concreto ao local de trabalho do chefe-adjunto (um dos quatro existentes na repartição) foram encontrados e apreendidos cerca de 200 euros em notas.

A investigação irá prosseguir, tendo em vista apurar a real extensão de uma rede que estaria montada há vários anos. Haverá mais contribuintes corruptores implicados e que deverão ser em breve, pelo menos, constituídos arguidos. ●

pormenores :

Em prisão preventiva

● O chefe-adjunto de Finanças de Gaia 1 foi colocado em prisão preventiva, após interrogatório no Tribunal de Instrução Criminal do Porto. A contabilista do Porto e ao empresário de Espinho, a juíza de instrução criminal aplicou medidas de coação de caução, no valor de 15 mil euros, e ainda proibição de contactos.

Dezena de crimes

● O funcionário da Autoridade Tributária está, para já, indiciado de cerca de uma dezena de crimes de corrupção, correspondentes à soma dos casos de contribuintes beneficiados. Os contactos eram estabelecidos através da contabilista, suspeita de angariar clientes para o esquema. Contudo, a alegada rede de corrupção terá mais tentáculos, designadamente contribuintes que aceitaram pagar luvas em troca de benefícios.

Sistema informático

● Não obstante a sofisticação do sistema informático do Fisco, o favorecimento de alguns contribuintes terá sido possível, em alguns casos, mediante a fragilidade derivada da não existência de duplo grau de registo e confirmação quanto à inserção de dados na aplicação informática. A situação foi denunciada há dias por uma juíza do Tribunal de Penafiel, numa sentença condenatória de uma funcionária do Fisco, por falsidade informática e abuso de poder. ●